

FARN

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

INÊS SILVA DE MELO NASCIMENTO

**A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA NO
SETOR FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO NAS PARÓQUIAS DA CAPITAL E
GRANDE NATAL, PERTENCENTES À ARQUIDIOCESE DE NATAL.**

**NATAL/RN
2007**

FARN

INÊS SILVA DE MELO NASCIMENTO

A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA NO
SETOR FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO NAS PARÓQUIAS DA CAPITAL E
GRANDE NATAL, PERTENCENTES À ARQUIDIOCESE DE NATAL.

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Contábeis da
Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do
Norte como requisito obrigatório para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis

Orientadora:

Thereza Angélica Bezerra de Souza,
Esp.

NATAL
2007



657.6:658.1
N1952
2007
Ex:01

Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Nascimento, Inês Silva de Melo

Uma preocupação em evidenciar as informações contábeis do setor financeiro das paróquias pertencentes à arquidiocese de Natal/RN / Inês Silva de Melo Nascimento. – Natal: FARN, 2007.

39 f.

Orientador: Thereza Angélica Bezerra de Souza (Esp.)

Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Auditoria Contábil – Monografia. 2. Evidenciação Contábil – Terceiro Setor – Monografia. I. Título.

RN/FARN/BC

CDU 657.6:658.1

INÊS SILVA DE MELO NASCIMENTO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Contábeis, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte e aprovado em ____ de _____ de _____, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Thereza Angélica Bezerra de Souza, Esp.
Orientadora

Membro examinador

Membro examinador

Dedico este trabalho aos meus pais que me ensinaram a agir com seriedade, honestidade e personalidade. Dedico também ao meu esposo Luciano que me incentivou na realização deste sonho, mostrando-me que as transformações acontecem através da educação, herança esta que não será retirada por ninguém.

Ao meu filho que tão pequenino suportou a minha ausência, mas que sempre pedi a Nossa Senhora que estivesse permanentemente ao lado dele.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que tantas vezes pedi socorro, ajudando-me nos momentos mais difíceis da minha vida, a ele que quantas vezes pela manhã pedi coragem para me levantar, pois o cansaço me batia e precisaria de forças para enfrentar um dia de trabalho e a noite ir para a Faculdade, a ele que me protegeu seguindo-me nos caminhos depois de enfrentar três transportes na volta pra casa. Foi nesse Deus que confiei e clamei todos os dias, sempre com a frase em mente, "O Senhor é o meu pastor e nada me faltará" (Salmo 22, 1).

Agradeço também a minha irmã Antônia que com toda paciência e amor cuidou do meu filho de apenas dois aninhos, para que eu trabalhasse e estudasse, em especial também a Dom Heitor de Araújo Sales e a minha amiga Gerlane Andrade que também foram grandes incentivadores para que este sonho se realizasse.

A minha orientadora Thereza Angélica que com muita paciência e disponibilidade me ajudou na conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo mostrar a preocupação da evidenciação das informações contábeis, do setor financeiro, das igrejas pertencentes à Arquidiocese de Natal, foi verificado os fatos financeiros que pudessem influenciar na auditoria financeira. Como essas organizações sem fins lucrativos, estão procurando novas formas de gerenciamento e controle, tem sido um grande desafio a ser alcançado, objetivando que os recursos por elas recebidos sejam utilizados de maneira eficiente e com o máximo de transparência. Para a realização desta pesquisa utilizou-se um questionário com perguntas fechadas, onde com o intuito de alcançar os objetivos estudados, obtiveram-se os principais resultados, onde afirmam que 100% das Paróquias estão realmente preocupadas com a evidenciação da informação contábil, estando todos cientes de suas obrigações, uma das questões abordadas mostrou que 91% das Paróquias divulgam aos seus fiéis colaboradores os seus relatórios financeiros, principalmente por ser esses recursos oriundos de doações de toda uma sociedade, das Paróquias analisadas 74% delas verificam os valores financeiros existentes em caixa, como forma de auditoria, neste caso 26% delas não fazem esta verificação, deixando assim vulnerável o setor financeiro, onde poderá ocasionar possíveis omissões de receitas. Com relação à forma mais útil em que o Governo poderia ajudar as entidades do Terceiro Setor (igrejas), 65% responderam que diminuindo os encargos sociais, enquanto 35% preferiram optar pelo crescimento das obras sociais. Foi mostrado também que 76% das Paróquias consideram de fundamental importância o papel do contador, por ser ele uma pessoa onde procura mostrar conhecimentos e gerenciar o funcionamento das entidades do terceiro setor.

Palavras-chave: Entidades do Terceiro Setor. Evidenciação. Auditoria financeira.

ABSTRACT

The present work had as objective to show the concern of the evidenciação of the countable information, of the financial sector, the pertaining churches the Archdiocese of Natal/RN, was verified the financial facts that podessem to influence in the financial auditorship. As these non-profit organizations, they are looking to new forms of management and control, has been a great challenge to be reached, objectifying that the resources for received them are used in efficient way and with the maximum of transparency. For the accomplishment of this research a questionnaire with closed questions was used, where with intention to reach the studied objectives, the main results, where they affirm that 100% of the Parishes really they are worried about the evidenciação of the countable information, being all cliente ones of its obligations had been gotten, one of the boarded questions showed that 91% of the Parishes divulge to its collaborating fidiciary offices its financial reports, mainly for being these deriving resources of donations of all a society, of analyzed Parishes 74% of them verify the existing financial values in box, as auditorship form, in this case 26% of they do not make this verification, thus leaving vulnerable the sector financier, where it will be able to cause possible prescription omissions. With regard to more useful form where the Government could help the entities of the Third Sector (churches), 65% had answered that diminishing the social changes, while 35% had preferred to opt to the growth of the social workmanships. It was also shown that 76% of the Parishes consider of basic importance the paper of the accountant, for being it a person where looks for to show knowledge and to manage the functioning of the entities of the third sector.

Key-Word: Entities of the Third Sector. Evidenciação. Financial auditorship.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	10-11
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA PESQUISA	11-14
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 Geral	14
1.3.2 Específico	14
1.4 JUSTIFICATIVA	14-15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 ORIGEM DA AUDITORIA	16-17
2.2 AUDITORIA INTERNA	17
2.3 VISÃO DOS CONTROLES DA AUDITORIA	17
2.4 VANTAGENS DA AUDITORIA	17-18
2.5 PROCEDIMENTOS DA AUDITORIA	18-19
2.6 PLANEJAMENTO DA AUDITORIA	19
2.7 AUDITORIA: FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA E GESTÃO	19-20
2.8 CONTROLE INTERNO	20
2.9 PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS DOS CONTROLES INTERNOS	21
2.9.1 RESPONSABILIDADE	21
2.9.2 ACESSO AOS ATIVOS	21
2.9.3 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	21
2.10 IGREJA E SERVIÇOS	22
2.10.1 PLANOS	23
2.10.2 SOCIEDADE	24
2.10.3 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	25
3 METODOLOGIA	26
3.1 TIPO DE PESQUISA	26
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	26
3.3 COLETA DE DADOS	26
3.4 TRATAMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS	26
4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS	27-33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
6 RECOMENDAÇÕES	35
REFERENCIAS	33
APÊNDICE	34-35

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a importância da auditoria na Arquidiocese de Natal e suas filiais. Diante do crescimento do Terceiro Setor que, por sua vez, está em evidência, o mesmo vem se expandindo em várias áreas, e em especial a de serviços sociais, requisitados por uma quantidade expressiva da população menos favorecida, em vários sentidos.

Nesse contexto, o trabalho divide-se em quatro partes. A primeira delas compõe-se da origem da auditoria e os mais variados conceitos.

A contextualização do problema, a exposição dos objetivos gerais e específicos, bem como a justificativa do estudo.

A segunda parte apresenta o referencial teórico que identificará vários aspectos ligados ao tema, fornecendo as bases para a elaboração da pesquisa. Serão utilizados livros, artigos, entre outros, ligados à área do terceiro setor, para que demonstre a importância e os benefícios de todos os assuntos.

A terceira parte mostra a metodologia utilizada, visando a mais adequada para a elaboração, desenvolvimento e finalização desta pesquisa.

Por fim, será apresentado o cronograma, e as bibliografias que embasaram este estudo.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vem crescendo no Brasil e no mundo, o Terceiro Setor, portanto não se trata de algo novo, mas que vem crescendo o número de organizações privadas, sem fins lucrativos, o Terceiro Setor é constituído, assim, por associações comunitárias, organizações não-governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, projetos de assistência, igrejas, fundações, organizações e projetos sociais desenvolvidos por empresas, sindicatos, etc. com o objetivo de gerar serviços de caráter coletivo com fins sociais, lutar em defesa dos direitos dos cidadãos, buscando a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A busca de novas formas de gerenciamento e controle, tanto do Estado, quanto dos fomentadores de recursos às organizações sem fins lucrativos tem sido um grande desafio a ser alcançado, objetivando que os recursos nelas empregados, sejam utilizados de maneira eficiente com o máximo de transparência. Na tentativa de separarem as boas entidades

Desta forma essas entidades para a manutenção de seu trabalho ser agentes de transformação social, precisam aprender a gerir os recursos disponíveis para obter os resultados. Como a auditoria pode ser útil como ferramenta de gestão de recursos, o principal é a transparência dos atos nas organizações do Terceiro Setor.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA

Empresas privadas, como a igreja católica, diante de uma nova postura da própria sociedade que exige princípios de “responsabilidade social”, absorvem a idéia de interagir com seus diversos públicos, promovendo o bem-estar contra a discriminação, as boas relações com seus fieis e colaboradores desta expansão.

Assim, a expansão do Terceiro Setor, caracteriza-se por várias razões: sociais, econômicas, comportamentais, políticas, sendo algo de estudos, análises e críticas. Observa-se que, na área financeira, surge a necessidade de mostrar como o instrumento de planejamento e tomada de decisões estão incluído também neste contexto, permitindo que o setor financeiro a na sua amplitude seja também auditado.

Numa economia globalizada, mostra que a sociedade como um todo esteja cada vez mais exigente. Geralmente os gestores dessas organizações sem fins lucrativos, não apresentam ainda habilidades necessárias para interpretar informações contábeis e, nesse sentido, torná-las compreensíveis e úteis para as entidades de Terceiro Setor.

Desse modo, necessita-se de um estudo mais profundo, com finalidade básica de fornecer informações fidedignas e superar dificuldades existentes. Por ser a auditoria uma técnica da contabilidade que, através de procedimentos adotados pode-se atestar ou certificar a eficiência e a eficácia dos controles financeiros e administrativos praticados pela entidade.

Diante deste contexto, o problema desta pesquisa tem por finalidade responder:

“Existe uma preocupação em evidenciar a informação contábil, e que sirva como ferramenta de transparência no setor financeiro nas igrejas pertencentes à Arquidiocese de Natal?”

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU AMBIENTE

A Arquidiocese de Natal, organização religiosa, sem fins lucrativos, situada à Av Floriano Peixoto, 674, Tirol, Natal-RN, foi criada a 29 de dezembro de 1909, pela Bula “Apostolicam in Singulis” do Papa Pio X, desmembrada da então Diocese da Paraíba. Foi sufragânea, sucessivamente, das Arquidioceses de São Salvador da Bahia (até 1910), de Olinda (até 1914) e da Paraíba (até 1952). Aos 16/02/1952, pela Bula “Arduum Onus” do Papa Pio XII, foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana, com duas Dioceses sufragâneas: Mossoró e Caicó. Neste período, ela foi dirigida pelos **Bispos e Arcebispos**:

1º Bispo: D. Joaquim Antônio de Almeida (1910-1915); 2º Bispo: D. Antônio dos Santos Cabral (1917-1921); 3º Bispo: D. José Pereira Alves (1922-1928); 4º Bispo e 1º Arcebispo: D. Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas (1929-1967); Administrador Apostólico: D. Eugênio de Araújo Sales (1962-1965); Administrador Apostólico: D. Nivaldo Monte (1965-1967); 2º Arcebispo: D. Nivaldo Monte (1967-1988); 3º Arcebispo: D. Alair Vilar Fernandes de Melo (1988-1993); 4º Arcebispo: D. Heitor de Araújo Sales (1993-2003).

5º Arcebispo: D. Matias Patrício de Macêdo (2004-). A Diocese também contou no seu quadro de dirigentes, como **Bispos Auxiliares**: D. Eugênio de Araújo Sales (1954-1961) e D. Antônio Soares Costa (1971-1993).

Sua Missão é evangelizar, promovendo a dignidade da pessoa, fazendo todos, discípulos e missionários/as de Jesus Cristo, renovando a Comunidade e ajudando na construção de um mundo justo e solidário. Daí porque ela foi pioneira em muitas ações sociais ao longo deste período. Muitas delas surgiram nas décadas de 1950 a 1960, na época do Movimento de Natal, e se expandiram em nível nacional e até internacional.

Entre os principais serviços da Arquidiocese de Natal, além daquilo que lhe é próprio que é a evangelização, destaca-se o **Movimento de Natal e toda a sua ação social** – Início da década de 1940, época da 2ª Guerra Mundial. Natal era uma cidade com 60 mil habitantes. No final de 1941, 20 mil soldados americanos desembarcaram nas praias de Parnamirim. Isso significava um aumento bastante expressivo da população, e que traria suas conseqüências no campo social, econômico, cultural. Procópio Camargo, autor do Livro O Movimento de Natal, usa o termo desorganização social para explicar o que viria acontecer: “a instalação das bases militares, a chegada de técnicos e tropas americanas propiciaria o desequilíbrio da organização social da área, ocasionando elevação do custo de vida, proliferação das casas de tolerância, crise habitacional, mudança de comportamento com a introdução de novos costumes que abalam a estrutura tradicional. A grande procura de mão-de-obra para a construção e instalação do campo de Parnamirim e da Base Naval termina por ocasionar uma imigração rural em larga escala”.

Diante da situação, os jovens sacerdotes Eugênio Sales e Nivaldo Monte começam a pensar um jeito de “reorganizar” a sociedade em Natal. O conjunto de ações sociais realizadas pela Arquidiocese, na época recebeu o nome de Movimento de Natal. Criação do Patronato de Ponta Negra, idealização de reuniões e de cursos de formação permanente do clero, frentes de trabalho, incentivo à organização de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, criação da Campanha da Fraternidade, formação de lideranças, missões rurais, escolas radiofônicas, cooperativismo, educação de base mobilizavam pessoas e grupos, em busca de transformações sociais e da promoção humana.

Campanha da Fraternidade – Idealizada pelo então Administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal, Dom Eugênio de Araújo Sales, a primeira

Campanha da Fraternidade foi realizada, em Natal, no ano de 1962. Naquela época, o principal objetivo da Campanha era realizar uma coleta de recursos. “Será feita, no dia 8 de abril, primeiro domingo da Paixão, uma coleta em favor das obras sociais e apostólicas desta Arquidiocese”, afirmava Dom Eugênio Sales, em 1962, durante entrevista às Rádios Rural e Poty. “Não vai lhe ser pedida uma esmola, mas uma coisa que lhe custe. Não se aceitará uma contribuição como favor, mas se espera uma característica do cumprimento do dever. Um elemento de dever de cristão...”, enfatizava Dom Eugênio. “Aqui está lançada a campanha em favor da grande coleta do 8 de abril, primeiro domingo da Paixão”, concluía ele, e, dessa forma, estava lançada a primeira Campanha da Fraternidade, realizada na Arquidiocese de Natal.

Logo no ano seguinte, em 1963, a Campanha da Fraternidade se estendia a mais 19 dioceses nordestinas. No dia 26 de dezembro do mesmo ano foi feito o lançamento do Projeto da Campanha da Fraternidade, para todo o Brasil, e a primeira CF, em nível nacional, foi realizada na Quaresma de 1964.

Inserida numa cultura predominantemente rural, a Igreja passou a dirigir os seus esforços sociais em função dos problemas mais comuns que se apresentavam no contexto. Analfabetismo, exploração dos trabalhadores por parte dos grandes proprietários de terras, as secas, a desinformação relacionada à higiene e à saúde eram alguns dos problemas mais graves constatados.

Protomártires - Uma das maiores conquistas da Arquidiocese foi a beatificação dos Mártires de cunhaú e Uruaçu, reconhecidos pelo Papa João Paulo II como os Protomártires do Brasil. No ano de 1645, quando a colonização do Rio G. do Norte ainda estava recente, os padres André de Soveral e Ambrósio Francisco Ferro, mais o leigo católico Mateus Moreira e 28 companheiros, foram assassinados por calvinistas holandeses. Durante o martírio, eles afirmaram a fé na Eucaristia. Mateus Moreira, no momento em que lhe arrancavam o coração pelas costas, exclamava: “Louvado seja o Santíssimo Sacramento”. No dia 5 de março de 2000, após vários anos de trabalho do Postulador da Causa dos Mártires, Mons. Francisco de Assis Pereira, o Vaticano elevou os mártires potiguaros aos altares. A beatificação aconteceu no Vaticano, com a presença de vários cristãos da Arquidiocese.

Como força de trabalho em 2007 a Arquidiocese conta com mais de 130 padres, 26 diáconos permanentes, milhares de leigos/as missionários/as espalhados em suas 81 paróquias/áreas pastorais, distribuídas em 13 zonais. Mas de vinte

congregações religiosas contribuem com o pastoreio da Igreja em Natal. As experiências pastorais se multiplicam nas comunidades espalhadas pelos 88 municípios abrangidos pela jurisdição arquidiocesana. Nestas realidades, do Litoral ao Sertão, a semente da Palavra de Deus é plantada por cristãos ordenados ou não. Povo que assume o seu compromisso de evangelizar.

Na Cúria Arquidiocesana (centro de onde partem as decisões e se executa o trabalho administrativo), há 42 funcionários. Destes funcionários, 18 servem diretamente à parte administrativa (Setor administrativo e gestão de pessoal), contábil (Setor contábil) e de apoio. O restante do pessoal contratado tem uma atuação pastoral, sobretudo, na função de coordenação. Além desta equipe contratada, temos outras (em geral voluntários/as) que atuam nas Paróquias e através de pastorais específicas, tanto no campo religioso-catequético, como no campo social (no trabalho de assistência social e de promoção humana: desde a distribuição de alimentos, pequenos projetos comunitários, educação política, etc.).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

- Enfatizar a preocupação em evidenciar a informação contábil, do setor financeiro da Arquidiocese de Natal.

1.3.2 Específicos

- Evidenciar fatos financeiros que possam influenciar na auditoria financeira;
- Verificar os procedimentos utilizados em relação à contagem física de ativos;
- Recomendar melhorias no setor financeiro para que as metas sejam atingidas.

1.4 JUSTIFICATIVA:

Como o Terceiro Setor promove em suas diversas instâncias, a responder aos novos desafios de uma sociedade que tem um mercado cada vez mais competitivo sente-se a necessidade de um acompanhamento em todas as suas áreas, para que cujos resultados possam satisfazer a todos.

Compreendendo a importância da auditoria no setor financeiro de uma empresa do terceiro setor, escolheu-se a Arquidiocese de Natal e em consequência as suas paróquias, para junto aos seus administradores verificar de que forma seria analisada, a execução da auditoria nos seus ativos (caixa e bancos) para melhorias nos processos decisórios.

Num contexto de mercado globalizado, altamente competitivo, torna-se fundamental que para as empresas de qualquer natureza e porte, sobreviverem, busquem o controle eficiente e confiável de armazenamento de dados, bem como promover redução de desperdícios operacionais e financeiros.

Este trabalho de pesquisa tem a finalidade de detectar a importância da auditoria no setor financeiro das igrejas pertencentes à Arquidiocese de Natal. Diante disto, cremos que a administração desta entidade oferece as ferramentas úteis e necessárias para colaborar com o crescimento e o fortalecimento do Terceiro Setor, o que fundamenta a importância deste presente trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORIGEM DA AUDITORIA EXTERNA

A auditoria externa ou auditoria independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. No início, as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos no mercado.

Entretanto, para processar todas essas mudanças seria necessário um volume de recursos impossível de ser obtido por meio das operações lucrativas da empresa ou patrimônio de seus proprietários. Por conseguinte, a empresa teve de captar esses recursos junto a terceiros, principalmente mediante empréstimos bancários a longo prazo e abrindo seu capital social para novos acionistas.

Essa necessidade de informação era para que o investidor pudesse avaliar a segurança, a liquidez e a rentabilidade de seu futuro investimento. A melhor forma de obter essas informações era por meio das demonstrações contábeis da empresa, para isso os investidores passaram a exigir que essas demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica.

De acordo com Almeida (1996, p.35).

O objetivo do auditor externo ou independente é emitir sua opinião sobre as demonstrações financeiras examinadas, cujas peças básicas são as seguintes: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados ou demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração das origens e aplicações de recursos, notas explicativas.

Segundo Dal Mas (2000, p. 39).

Os principais objetivos no exame dos fundos disponíveis em bancos e em caixa são os seguintes:

1. Assegurar que o disponível demonstrado no balanço geral esteja realmente depositado em bancos ou em mãos, bem como os montantes vinculados ou aplicados nas instituições financeiras;
2. Determinar se o controle interno sobre o disponível é adequado e dá segurança contra irregularidades e sua dissimulação;
3. Quando o controle interno do disponível não for adequado, deve-se aumentar a extensão dos testes das transações a fim de

descobrir irregularidades, desde que tenha havido entendimentos anteriores com o cliente, a esse respeito.

Para esses autores, auditoria tem como objetivo principal dar suporte técnico ao tomador da decisão, nesse contexto o auditor expressará sua opinião sobre as demonstrações financeiras, de acordo com as práticas aplicáveis e seu julgamento profissional.

2.2 AUDITORIA INTERNA

Auditoria interna é uma atividade de avaliação independente existente dentro de uma organização, destinada à revisão das operações contábeis, financeiras e fiscais, com a expansão dos negócios, sentiu a necessidade de dar ênfase a todos os seus procedimentos e verificar os resultados de seu trabalho visando prestar assessoria à administração.

Para Attie, (1986, p.5) A auditoria interna é, portanto, um controle administrativo cuja atribuição é verificar e avaliar a efetividade dos demais controles.

Na opinião de Crepaldi, (2000, p. 41).

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial.

2.3 VISÃO DOS CONTROLES DA AUDITORIA

O controle da auditoria é um relato do trabalho técnico executado pelo gestor, afirma o manual de contabilidade:

A auditoria nos dias atuais funciona como instrumento indispensável de confirmação da eficiência dos controles internos, sendo um fator de tranquilidade para os responsáveis pela condução do processo da gestão patrimonial.

2.4 VANTAGENS DA AUDITORIA

Conforme o portal da classe contábil (www.cfc.com.br) acesso em 21.06.2007)

As vantagens para os gestores são:

- Fiscaliza a eficiência dos controles internos.
- Aponta falha na organização administrativa da administração e nos controles internos.
- Permite apurar os erros e/ou omissões nos registros das receitas, na realização oportuna dos créditos (direitos) e na liquidação oportuna dos débitos (obrigações).

- Atestar maior correção dos registros contábeis.
- Emitir opinião sobre a veracidade das demonstrações contábeis.
- Dificulta desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas.
- Contribui para uma melhor informação sobre a real situação patrimonial da entidade.
- Assegura para maior exatidão dos resultados apurados.
- Contribui para maior observância das leis e normas existentes.
- Assegura a veracidade das informações, das quais dependerá a tranquilidade quanto à saúde financeira da entidade e a garantia do cumprimento de suas obrigações.
- Dá credibilidade às demonstrações financeiras para a sociedade como um todo, etc.

2.5 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Conforme Boyton, (2002, p. 209), os procedimentos de auditoria são os métodos ou técnicas que o auditor utiliza para coletar e avaliar material de evidência suficiente e competente. Esses procedimentos podem ser utilizados tanto em auditorias descendentes como em ascendentes. Ao planejar e programar a auditoria, o auditor considera como cada um deles pode ser utilizado. Os 10 tipos de procedimentos de auditoria seguintes são:

- Procedimentos de revisão analítica
- Inspeção
- Confirmação
- Questionamento
- Contagem
- Rastreamento
- Vouching
- Observação
- Repetição
- Técnicas de auditoria computadorizadas

Para Almeida, (1996, p.137) os procedimentos de auditoria devem analisar principalmente o seguinte:

- Contagem de caixa – Em conjunto com o responsável pela auditoria estabeleça os caixas que serão contados.
- Circularização dos Saldos Bancários – Solicite o preenchimento da carta de confirmação bancária e confira as informações da carta antes de ser expedida.
- Cutoff de cheques – Com o objetivo de se certificar de que os cheques estão sendo registrados no período de sua competência e que as conciliações bancárias não contêm item errôneo ou se compensando com outro item.
- Teste das Conciliações bancárias – As conciliações demonstrem as transações registradas pelo banco e não pela empresa e as contabilizadas pela empresa e não pelo banco.
- Teste das transferências bancárias – Ao executar os passos programados no teste das conciliações bancárias, identifique itens pendentes que correspondam à transferência entre bancos. Adicionalmente, identifique transferências entre bancos nos últimos

dias do mês da conciliação e execute os procedimentos para as transferências bancárias.

- Revisão das conciliações bancárias preparadas durante o exercício
- Verificando se a empresa preparou durante o exercício conciliações bancárias de todas as contas bancárias.

Esses são procedimentos, ou seja, a forma de fazer o trabalho de auditoria que deverão ser adotados pelos auditores.

2.6 PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

As normas de auditoria geralmente aceitas exigem que o trabalho de auditoria seja adequadamente planejado. Planejar significa estabelecer metas para que o serviço de auditoria seja de excelente qualidade e a um menor custo possível.

De acordo com Almeida (1996, p.123) os principais objetivos a serem atingidos são os seguintes:

- Adquirir conhecimento sobre a natureza das operações, dos negócios e forma de organização da empresa;
- obter maior cooperação do pessoal da empresa;
- planejar maior volume de horas nas auditorias preliminares;
- determinar a natureza, amplitude e datas dos testes de auditoria;
- identificar previamente problemas relacionados com contabilidade, auditoria e impostos.

2.7 AUDITORIA: FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA E GESTÃO

A tendência do mundo empresarial incorpora-se cada vez mais ao cotidiano dos poderes públicos e das entidades do Terceiro Setor, quebrando amarras culturais centenárias.

Conforme com Mafra, (2007, p.22-23). “Quando se trabalha com dinheiro público ou privado, o mínimo de quem o recebe é prestar contas. Hoje, os doadores estão cada vez mais exigentes, querendo saber como seu dinheiro é usado e se chega ao seu verdadeiro destino”.

Ainda de acordo com Mafra, (2007, p.24) podemos observar que as entidades estão cada vez mais sendo cobradas, como por exemplo:

Quando nos referimos à prestação de contas à sociedade e aos doadores que investem recursos e desejam ver o retorno social de suas “aplicações”.

No caso das entidades do Terceiro Setor, que lidam com recursos públicos e não tem fins lucrativos, a auditoria das contas é imprescindível. A auditoria é um processo que certifica a veracidade dos procedimentos de controles internos de uma organização, buscando observar se os mesmos estão presentes na gestão dos ativos dessa entidade, até mesmo a situação trabalhista das pessoas

envolvidas é levada em consideração, se for voluntário, por exemplo, não pode ser remunerado, e assim por diante.

É muito comum que o resultado do trabalho do auditor revele que a gestão de recursos recebidos pela entidade, seja devidamente bem feita, para que não ocorra desvio financeiro e que seus objetivos sejam realmente atingidos.

De acordo com o artigo 5º do decreto-lei nº 2.536/98, o CNAS somente apreciará as demonstrações contábeis e financeiras se tiverem sido auditadas por auditor independente legalmente habilitado pelos Conselhos Regionais de Contabilidade. Estão desobrigadas da auditoria as entidades que tenham auferido em cada um dos três exercícios a que se refere o artigo anterior receita bruta igual ou inferior a R\$ 1,2 milhão, conforme o decreto nº 3.504/00. (Mafra, maio 2007, p.22/23 Revista Filantropia).

No entanto, vamos pensar e praticar a democracia, cada um fazendo a sua parte, tomando iniciativa, pondo a sua própria capacidade a serviço de todos e, com isso, exercendo o direito e o dever de cidadania.

2.8 CONTROLE INTERNO

O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade de seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional. Esse procedimento tem a finalidade de conferir a precisão e confiabilidade dos dados contábeis, promoverem a eficiência operacional e encorajar a mais alta administração, seja qual for a entidade.

De acordo com Almeida (1996, p.50), "O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa".

Ainda conforme Almeida (1996, p. 50), são exemplos de controles contábeis:

- Sistemas de conferência, aprovação e autorização;
- Segregação de funções (pessoas que têm acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa);
- Controles físicos sobre ativos;
- Auditoria interna.

No entanto ao aplicarmos esta definição, estaremos reconhecendo que um sistema de Controle Interno se estende além dos assuntos que se relacionam diretamente com as funções da contabilidade e dos departamentos financeiros.

2.9 PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS DOS CONTROLES CONTÁBEIS

Conforme Almeida (1996, p. 51), “a administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação de se está este sendo seguido pelos funcionários, e por sua modificação, no sentido de adaptá-lo às novas circunstâncias”.

2.9.1 Responsabilidade

Ainda segundo Almeida (1996,p.51), “as atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização”. As razões para essas atribuições são:

- assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados;
- detectar erros e irregularidades;
- apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

2.9.2 Acesso aos ativos

De acordo com Almeida (1996, p.51), “ a empresa deve limitar o acesso dos funcionários a seus ativos e estabelecer controles físicos sobre esses. O acesso aos ativos da empresa representa:

- manuseio de numerário recebido antes de ser depositado em conta corrente bancária;
 - emissão de cheques sozinho (única assinatura);
 - manuseio de cheques assinados;
 - manuseio de envelopes de dinheiro de salários;
 - custódia de ativos (dinheiro em caixa, cautelas de títulos, estoques, imobilizado, etc.).
- São exemplos de controles físicos sobre ativos:
- local fechado para o caixa;
 - guarda de títulos em cofre;

2.9.3 Segregação de funções

A segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não possa ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno.

2.10 IGREJA E SERVIÇOS

Como a Igreja Católica está enquadrada no Terceiro Setor, diante de embasamentos a sua funcionalidade de serviços sociais e sua natureza de atividades estão divididas como segue:

A Arquidiocese de Natal está organizada a partir de duas frentes, a saber:

a) Organização Pastoral:

a.1) Realização da Assembléia Pastoral anual, onde se define todas as linhas e ações para o ano seguinte, a partir de uma avaliação do trabalho e da conjuntura do momento.

a.2. Projeto(Plano) Pastoral anual. Onde constam as principais atividades a serem desenvolvidas.

a.3. Coordenação Pastoral. Uma equipe de sete pessoas que reflete, a partir das decisões da Assembléia e motiva a execução do Plano Pastoral nas bases.

a.4. Coordenações Zonais (em 13 áreas pastorais). As 75 Paróquias estão agrupadas em 13 áreas territoriais (onde aquelas Paróquias têm semelhante realidade sócio, cultural, religiosa, etc.) que são chamadas de "Zonais".

a.5. Pastorais específicas(no campo meramente religioso-catequético e no campo social: com crianças, jovens, idosos, trabalhadores rurais, excluídos...)

b) Organização administrativa

b.1. Conselho Administrativo e de Assuntos Econômicos. Este Conselho cuida de toda a parte administrativa, junto ao Vigário Geral e o Arcebispo, zelando pelo bem estar financeiro e administrativo da Arquidiocese.

b2. Economato – Dentro do Conselho, um leigo é o Economato que faz a parte administrativa diária, auxiliado pelos Setores de Pessoal e Contábil.

b.3. Setor pessoal e Contábil.

Os canais utilizados para receber sugestões e reclamações dos fiéis é também o próprio trabalho pastoral, o contato direto com o povo, as avaliações pastorais, onde se mantém um "feed-bak".

A avaliação da satisfação e insatisfação dos fiéis é feita através do contato direto com os mesmos, mas, também, através dos encontros de avaliação, das reuniões dos Conselhos em cada Paróquia, nos Grupos, Movimentos, etc.

O exercício da liderança na Arquidiocese de Natal se dá de forma direta (contato pessoal ou telefônico), vindo de todas as partes interessadas entre Paróquias, Entidades Filantrópicas, ONGS e outras Dioceses no Brasil e exterior. As decisões são tomadas em médio/curto e longo prazo e são inseridas no planejamento pastoral anual da Arquidiocese seguindo um calendário litúrgico. Já no planejamento operacional e financeiro da Arquidiocese as decisões são tomadas por um Conselho Administrativo que interage de forma piramidal, cabendo as decisões finais ao administrador geral que é o Arcebispo, visando o melhoramento da organização.

Os valores da organização são estabelecidos pela Assembléia Pastoral e revisados quando necessário pelo Conselho Pastoral. São eles: Ética, credibilidade, compromisso, qualidade, transparência e confiabilidade.

As avaliações de desempenho são feitas constantemente, pois, devido ser uma empresa que lida com a fé das pessoas, é necessário que sempre estejam em harmonia com seus fiéis demonstrando sempre credibilidade.

2.10.1 PLANOS

A Arquidiocese de Natal tem como planos estratégicos para atingir suas finalidades a sua ação pastoral, evangelizadora (através das pastorais e de cada paróquia – esta última, funcionam como uma espécie de filial, com o mesmo modelo administrativo da Arquidiocese). Daí, porque, parte de seus recursos, além da destinação direta para o trabalho pastoral, evangelizador, é destinado também a uma ação social de assistência e promoção da pessoa humana. Este serviço está organizado através do SETOR SOCIAL que congrega Serviços (Serviço de Assistência Rural-SAR, Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários-SEAPAC, Serviço de Ação Urbana-SAUR e Cáritas), Pastorais Sociais (Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral Carcerária, Pastoral Operária, etc.) e Movimentos (como é, por exemplo, o caso da Animação dos Cristãos do Meio Rural-ACR). Ou seja, o produto que a Igreja (Arquidiocese de Natal) oferece aos seus fiéis é, sobretudo a formação da pessoa humana, o resgate de sua dignidade e a promoção da cultura utilizando como motivação a vivência da fé.

Um dos critérios da Arquidiocese é atender as necessidades dos seus fiéis no que diz respeito às questões relativas à fé. Porém, esta fé tem uma finalidade:

promover a dignidade do homem e da mulher no meio onde vivem (na família, na comunidade, na sociedade). (Assim, boa parte do trabalho é realizada de forma personalizada (sobretudo, nas pastorais e movimentos), através das visitas, reuniões de pequenos grupos, atendimentos individuais...). Algumas Paróquias vêm dando alguns passos significativos neste atendimento personalizado, a partir de pesquisas e da montagem de bancos de dados, sobretudo com a relação aos seus agentes pastorais, visando um melhor acompanhamento, uma formação mais sistemática. Estes, por sua vez, tentam reproduzir esta mesma metodologia dentro da comunidade e no acompanhamento aos fiéis como um todo.

Nos últimos anos, tem crescido a consciência da necessidade de uma melhor qualificação dos agentes pastorais, no sentido de que eles estejam mais abertos a acolher bem as pessoas, buscando alternativas consistentes diante da demanda atual. Deste modo, a Arquidiocese tem investido bastante nos Meios de Comunicação (rádio, tv, internet...), visando o seu público alvo, a sua clientela (seus fiéis), garantindo um serviço de boa qualidade.

2.10.2 SOCIEDADE

Os impactos de um trabalho deste porte, tem levado a Arquidiocese à um padrão de credibilidade dentro da sociedade. A ação evangelizadora, como um ato também educativo leva, automaticamente, às pessoas um comportamento ético, comprometido também com as questões sociais e com a busca de uma sociedade mais justa e solidária. Isto pode ser percebido diretamente no trabalho feito a partir do Setor Social, que lida com as questões sócio-políticas e organizacionais.

2.10.3 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Em relação à questão da formação do seu quadro de pessoal, podemos dividir em dois grupos básicos: O primeiro, diz respeito a quadro direto de funcionários que atua na Cúria Arquidiocesana, contratado por nível de conhecimento em cada área (administrativa e pastoral). Para estes, as reuniões periódicas e o “boca-a-boca” faz veicular com facilidade as informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho. O segundo grupo diz respeito aos agentes pastorais (voluntários/as) que atuam, quer em nível arquidiocesano, quer em nível

de paróquias, cuja formação se dá através dos Cursos de Formação, Encontros específicos, reuniões periódicas, etc. Circula internamente na Cúria Arquidiocesana e nas Paróquias o Jornal Semanal "A Ordem", além do site www.arquidiocesedenatal.org.br , bem como os programas na Rádio Rural (de propriedade da Arquidiocese) para o repasse de informação e formação. (fonte Arquidiocesana).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Considerando-se a classificação científica conforme Beuren (2004), a presente pesquisa será conduzida sob dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa será Exploratória e de Campo. Exploratória na medida em que se trata de um tema em evidência devido o crescimento do terceiro setor. Campo, pois visa demonstrar conforme os meios aplicados à importância da auditoria no terceiro setor.

No que concerne aos meios, a pesquisa se desencadeará por meio de pesquisa bibliográfica, que explica um problema a partir de referenciais, onde fornecerá o embasamento necessário no discorrer desse estudo, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo dessa pesquisa é de amostragem com acessibilidade, conforme afirma Beuren (2004), ela é vista como a menos rigorosa, pois o pesquisador apenas obtém os elementos a que tem mais acesso. Foram realizados questionários com 10 perguntas fechadas e aplicados com 34 Paróquias da capital e grande Natal.

3.3 COLETA DE DADOS

O presente estudo se desencadeará por meio de questionário do tipo semi estrutural com perguntas abertas e fechadas que serão aplicadas junto as Paróquias da Capital e grande Natal, todas pertencentes à Arquidiocese de Natal.

3.4 TRATAMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com Beuren (2004), para avaliação desta pesquisa serão utilizadas análises quantitativas. Do ponto de vista quantitativo, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto ao tratamento utilizado. Identificando assim os benefícios e resultados que a importância da auditoria traz para as entidades ligadas ao Terceiro Setor e que sirva como ferramenta de transparência e gestão.

4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa de campo foram analisadas todas as Paróquias da Capital e grande Natal, com o intuito de alcançar os objetivos estudados.

Desse modo, necessitou de um estudo mais profundo, com finalidade básica de fornecer informações fidedignas e superar dificuldades existentes, podendo assim atestar a eficiência e a eficácia dos controles internos e financeiros, administrados por essas entidades. Foi elaborado um questionário com dez questões objetivas. O objetivo foi mostrar a preocupação da evidência das informações contábeis, conforme o resultado obtido pode-se dizer que das 34 Paróquias analisadas obteve-se os seguintes resultados conforme mostra os gráficos em abaixo:

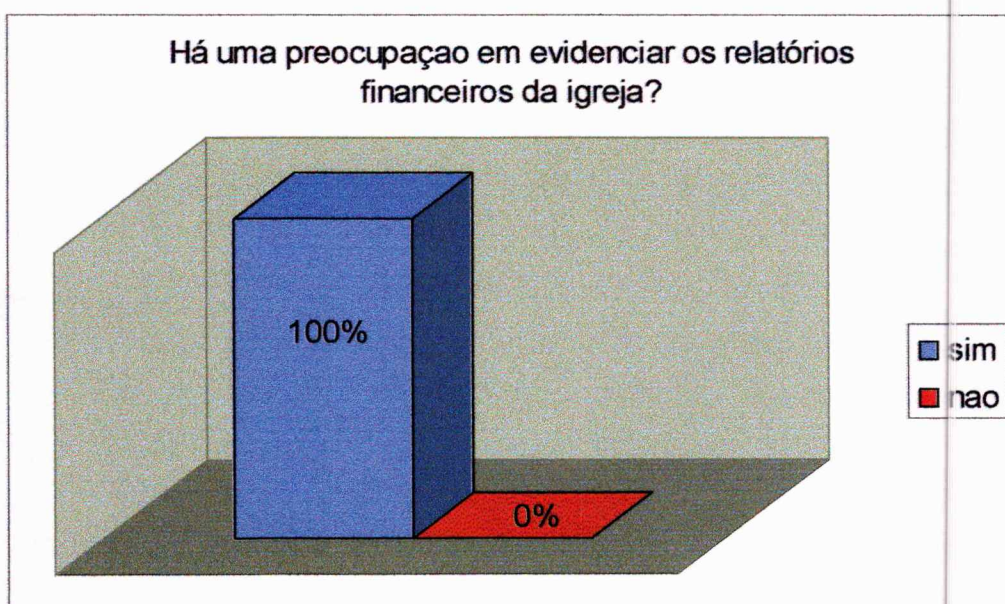
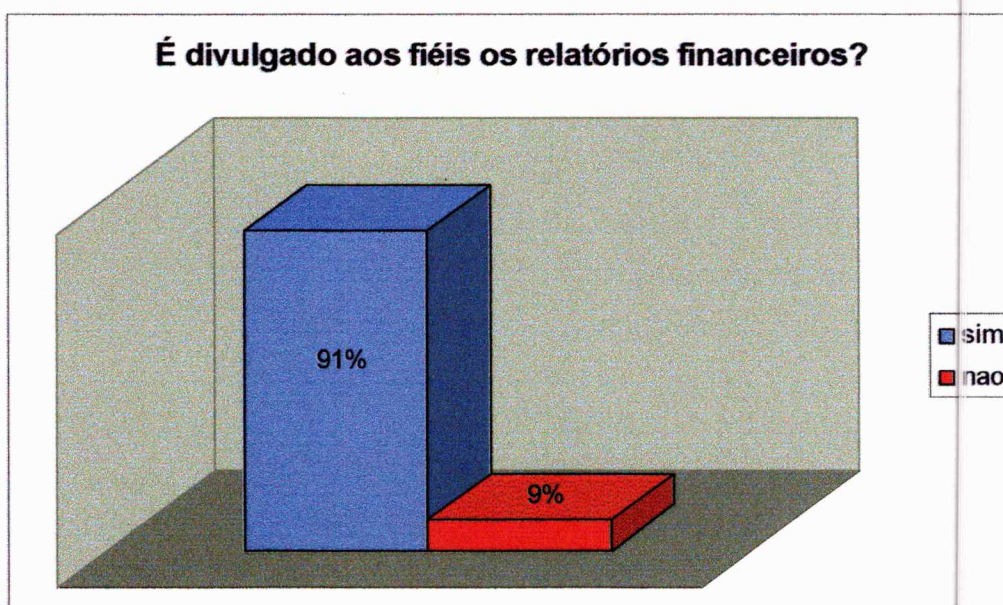


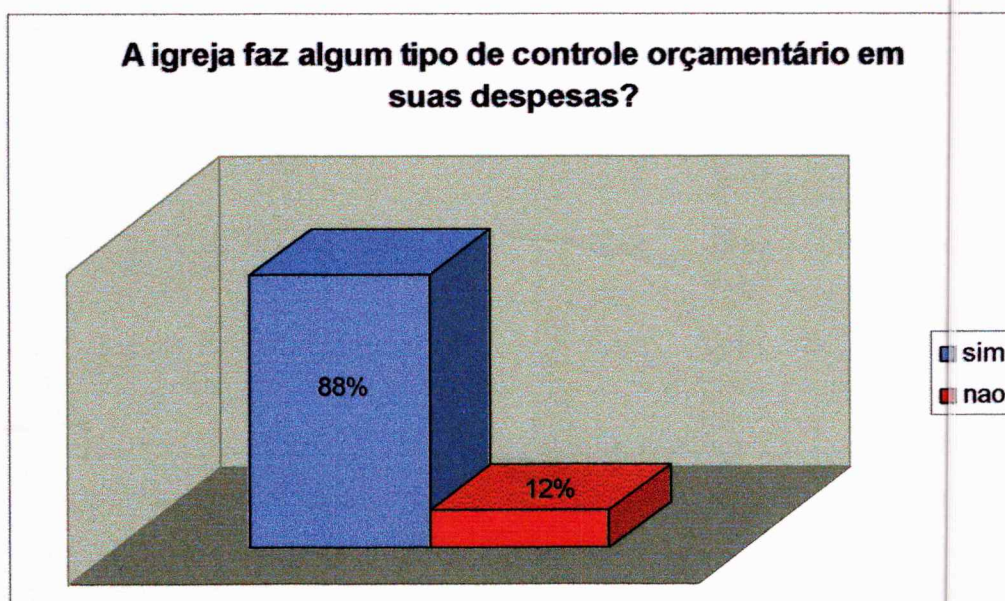
Gráfico 1 – Preocupação das evidenciações contábeis
Fonte: O próprio autor

De acordo com o gráfico nº 01, 100% das Paróquias estão realmente preocupadas com a evidência das informações contábeis, no entanto torna-se coerente que essas informações sejam evidenciadas de forma clara e objetiva para que todos os fiéis e administradores paroquiais estejam cientes de suas obrigações, como: prestar contas do dinheiro recebido e administrá-lo de forma adequada, para que a tomada de decisão seja a melhor possível.



Fonte: O próprio autor

Conforme está descrito no gráfico nº 2, 91% das Paróquias divulgam aos fiéis os seus relatórios financeiros, enquanto 9% não têm a prática de divulgarem os mesmos. Podendo assim ser verificado a importância desses procedimentos adotados, principalmente por se tratar de dinheiro doado pelo povo. Enquanto as empresas cumprem suas obrigações com o fisco, é mais do que viável que as igrejas também prestem contas a toda comunidade.



Fonte: O próprio autor

Quanto ao gráfico nº 3 onde descreve se a igreja faz algum controle orçamentário em suas despesas, foi verificado que 88% das Paróquias fazem seu controle orçamentário, enquanto 12% não fazem nenhum tipo de controle. Podendo assim estas estarem expostas aos riscos, como: perda do controle de sua situação financeira, como até mesmo uma possível perda de doadores, por não confiar nos seus administradores paroquiais.

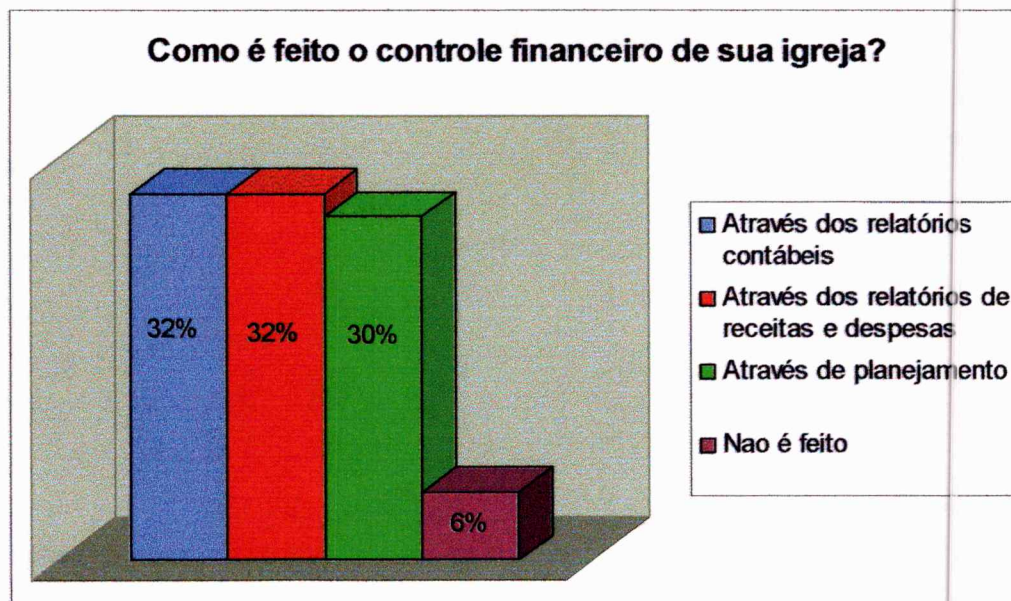


Gráfico 4 – Como é feito o controle financeiro nas igrejas
Fonte: O próprio autor

Referente ao gráfico nº 4 que mostra de que maneira é feito o controle financeiro das igrejas, 32% delas fazem através dos relatórios contábeis e 32% também fazem através de relatórios financeiros entre receitas e despesas, enquanto 30% responderam que fazem mesmo através de planejamento e 6% não fazem planejamento algum, alegando que sabem realmente o que podem gastar ou não. Algumas delas em seus comentários informaram que também acompanham junto aos que operam esses relatórios, assegurando-se da veracidade dessas informações.

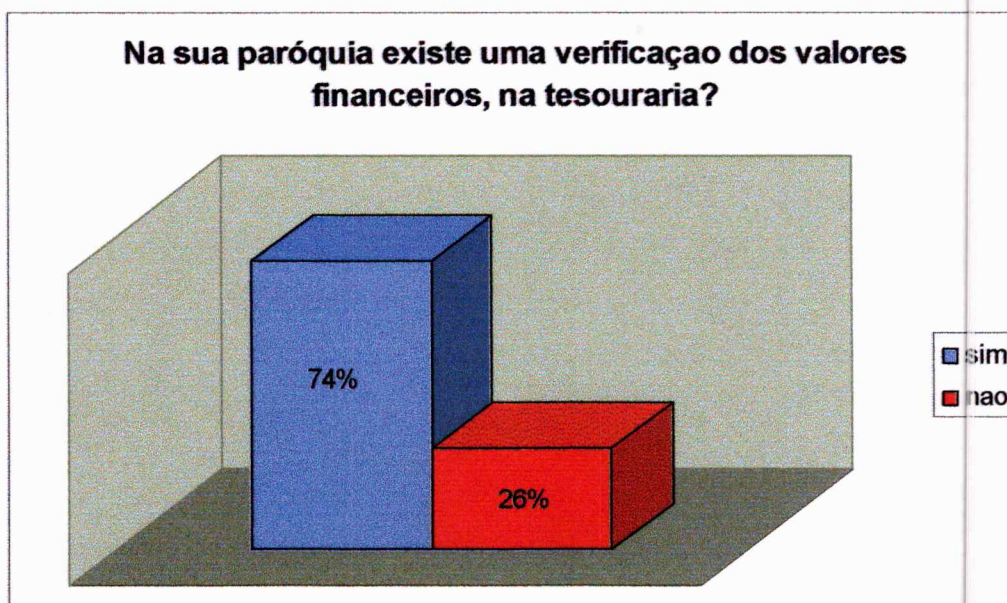


Gráfico 5 – Verificação de valores financeiros na tesouraria
Fonte: O próprio autor

Conforme mostra a questão 5 que fala da verificação dos valores financeiros existentes em caixa, 74% ou 25 Paróquias acompanham como forma de auditoria, enquanto 26% não fazem essas constatações, mostrando-se assim o quanto fica vulnerável o setor financeiro, podendo acontecer desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas, permitindo assim apurar os erros e/ou omissões nos registros das receitas, na realização oportuna dos créditos e na liquidação oportuna dos débitos.

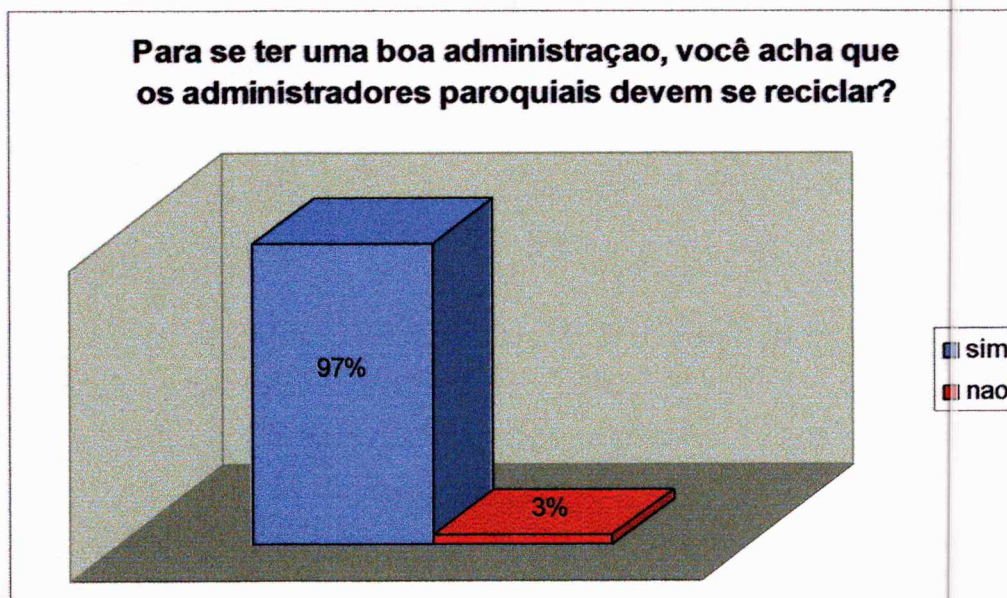


Gráfico 6 – A necessidade de reciclagem dos administradores paroquiais
Fonte: O próprio autor

De acordo com o gráfico nº 6, enquanto que 97% ou 33 Paróquias necessitam que os administradores paroquiais se reciclem regularmente, e somente 3% ou uma Paróquia não mostrou interesse, ficando assim demonstrado que é de fundamental importância que todos passem por cursos e aperfeiçoamentos de como administrar uma igreja, dando assim credibilidade à sociedade como um todo.

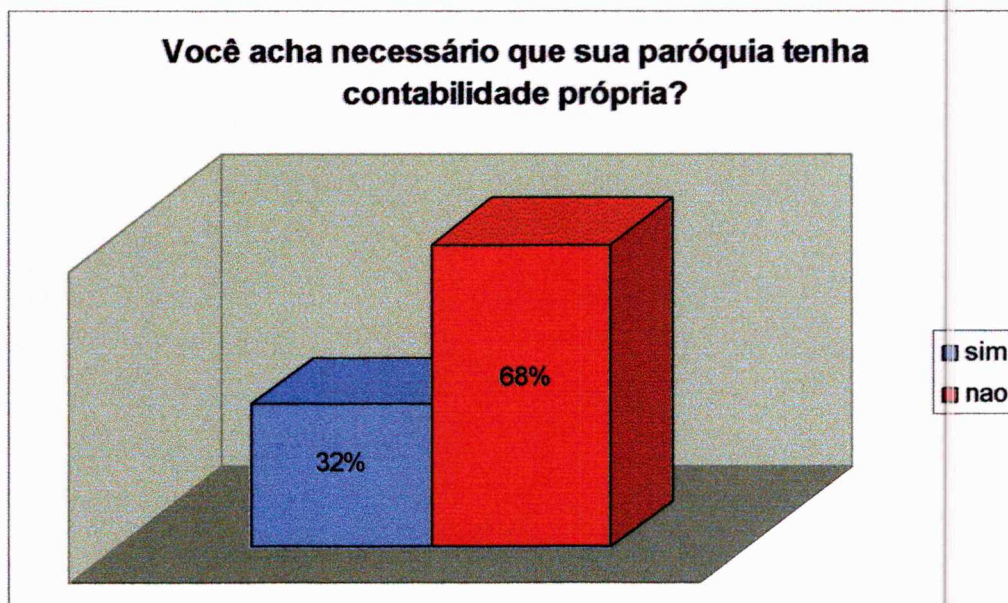


Gráfico 7 – Contabilidade descentralizada
Fonte: O próprio autor

Ficou evidenciado no gráfico nº 7 que 68% das Paróquias não desejam ter contabilidade própria, enquanto 32% teriam essa vontade. Evidenciando-se que a contabilidade centralizada na Matriz seria ainda a melhor solução, pois diminuiria os trabalhos paroquiais e consequentemente as suas despesas, e sendo assim a matriz estaria, mas assegurada de todos os registros contábeis de suas filiais.

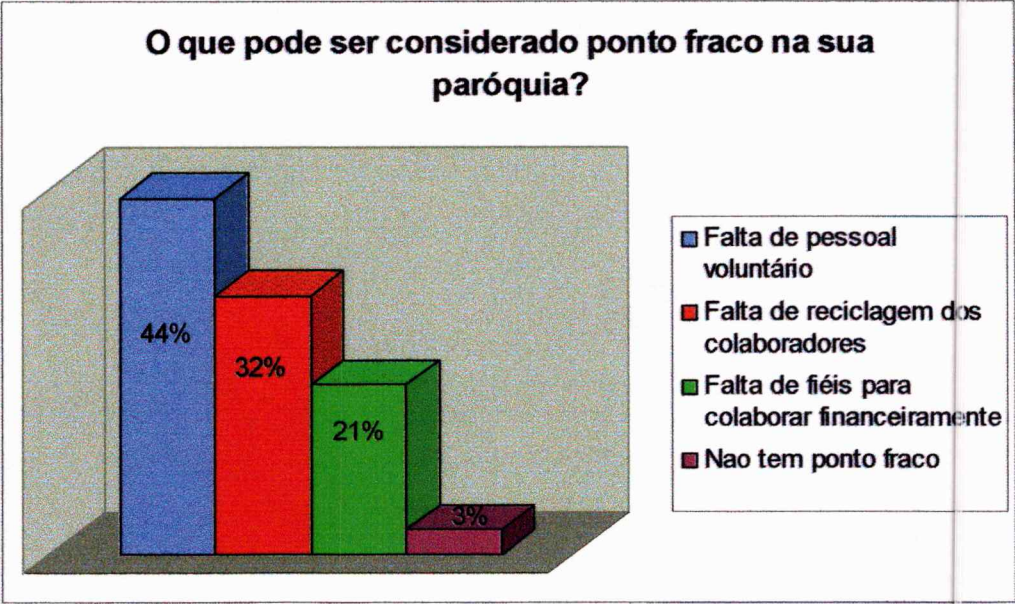


Gráfico 8 – O ponto fraco das Paróquias
Fonte: O próprio autor

Com referência ao gráfico nº 8 que trata da questão de que a Paróquia tem ponto fraco, foi detectado que enquanto 44% das Paróquias faltam pessoal voluntário para colaborarem em suas atividades, 32% necessitam que seus colaboradores se reciclem para um melhor desempenho em suas funções, mostra-se também que 21% das Paróquias faltam fiéis que colaborem financeiramente. Portanto, torna-se evidente que as igrejas necessitam de pessoas que coloquem a sua disposição os seus serviços, seja ele pastoral ou administrativo.

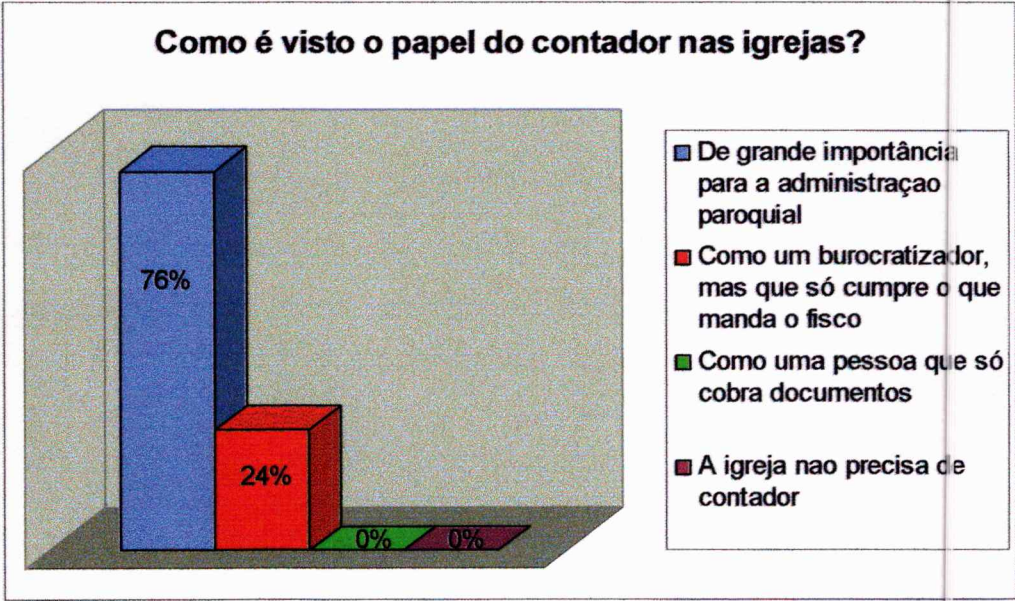


Gráfico 9 – A importância do contador nas igrejas
Fonte: O próprio autor

Quanto ao gráfico 9 onde foi abordado à questão sobre como é visto o papel do contador nas igrejas, conforme o que foi mostrado em toda pesquisa foi verificado que 76% ou 26 Paróquias, consideram de fundamental importância o papel do contador. Mostrando assim que mesmo em se tratando de entidades do terceiro setor em especial as igrejas, todos tem a consciência que o contador faz parte de todas as entidades e estão diretamente ligados a toda uma sociedade, onde este contador poderá apontar se há falhas administrativas ou não.

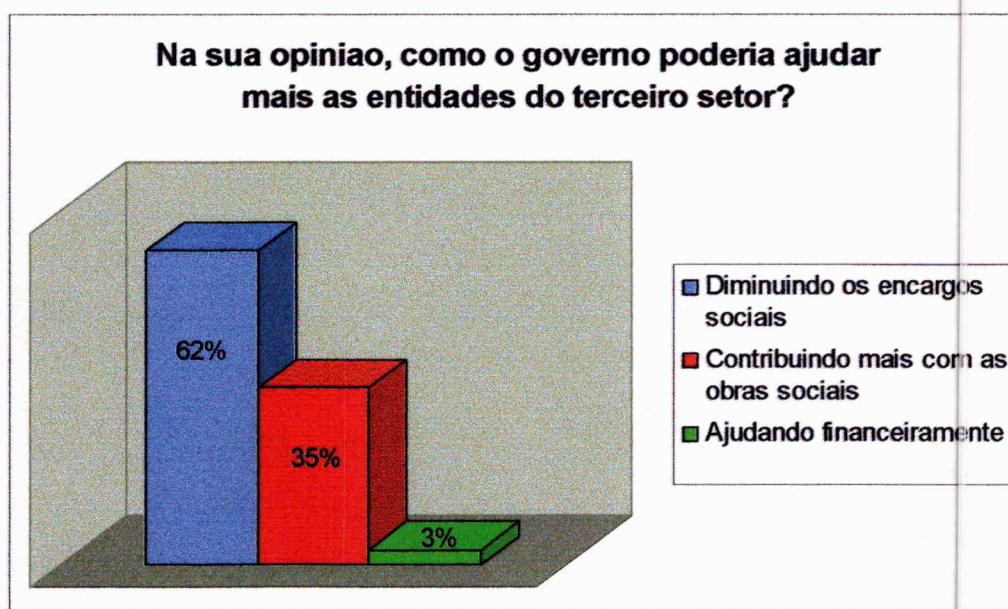


Gráfico 10 – A contribuição do Governo com as entidades do Terceiro Setor
Fonte: O próprio autor

Uma das questões abordadas que mostra o gráfico 10, foi procurar identificar a forma mais útil em que o Governo poderia ajudar as entidades do Terceiro Setor (igrejas), enquanto 62% ou 21 Paróquias responderam que diminuindo os encargos sociais, sobre a folha de pagamento mensal, quando estes encargos chegam a 35.8%. 35% preferiram optar pelas obras sociais, enquanto 3% optaram por ajudas financeiramente. Evidenciando-se que a carga tributária continua sendo a mais pesada no Brasil, deixando assim essas entidades privadas como a igreja católica, diante de uma nova postura da própria sociedade, exigindo-se responsabilidade social onde o próprio governo também poderia ser um grande incentivador na expansão do terceiro setor própria sociedade que exige princípios de “responsabilidade social”, absorve a idéia de interagir com seus diversos públicos, promovendo o bem-estar contra a discriminação, as boas relações com seus fieis e colaboradores desta expansão

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho de pesquisa foi contextualizar e mostrar a preocupação da evidenciação dos atos financeiros nas Paróquias da capital e grande Natal, pertencentes à Arquidiocese de Natal, esclarecendo a importância dos relatórios financeiros. Identificando as razões às quais formam objeto de estudo, resultando-se assim os benefícios que a informação contábil traz para todas as organizações, principalmente as entidades ligadas ao Terceiro Setor. Os resultados de estudo ainda revelaram o quanto mudou as formas de gerenciamento, mesmo em se tratando de igreja, hoje o trabalho não é só pastoral é também administrativo, possibilitando dessa forma a necessidade de conhecimento e da importância de funcionamento dessas entidades. Diante do exposto torna-se necessário que os benefícios e a credibilidade do Terceiro Setor esteja fundamentado em uma administração eficiente, com características fundamentais seja qual for a organização, oferecendo aos colaboradores segurança e transparência com a divulgação dos relatórios. Com tudo isso se pode dizer que as vantagens são muitas como: Aumento da qualidade e eficiência da gestão e do atendimento, a confiabilidade e integridade das informações contábeis e financeiras. A preocupação em compreender esse segmento (igreja) passa por processos que lentamente vão se adaptando as normas governamentais. Fica bem claro que a entidade que não praticar a boa governança, não tiver transparência e nem trabalhar com ética e dentro de uma cultura de um povo que cada vez mais estão buscando seus direitos, esta ficará exposta aos riscos e aos fracassos.

6 RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que o estudo de pesquisa seja mais abrangente, seguindo para os mais diversos municípios do Rio Grande do Norte, os quais constam mais 44 Paróquias. Como as igrejas têm propósitos específicos e visam o bem de toda uma sociedade é interessante ressaltar que sirva esta pesquisa como ferramenta de transparência e gestão. Portanto se faz necessário que para um bom desempenho paroquial necessita-se realmente que todos os líderes dessas organizações estejam se reciclando permanentemente visando aumentar o nível de conhecimento em relação às entidades do Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um curso moderno e completo**. São Paulo: Atlas, 1996.

ARQUIDIOCESE DE NATAL. Disponível em [http: < www.arquidiocesedenatal>](http://www.arquidiocesedenatal.org.br). Acesso em: 01 de jun. 2007.

ATTIE, William, **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

AUDITORIA. Disponível em [http<www.cfc.com.br>](http://www.cfc.com.br) Acesso em 21 jun. 2007

BOYNTON, William C; JOHNSON, Raymond N; KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

DAL MAS, José Ademir, **Auditoria Independente: Treinamento de Pessoal, Introdução aos procedimentos de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000.

MAFRA, L. Auditoria: Ferramenta de Transparência e Gestão. **Revista filantropia**. São Paulo, n. 38, p. 22-23, maio, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A – A PREOCUPAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

1 – Há uma preocupação em evidenciar os relatórios financeiros da igreja?

() Sim

() Não

2 – É divulgado aos fiéis os relatórios financeiros?

() Sim

() Não

3 – A igreja faz algum tipo de controle orçamentário em suas despesas?

() Sim

() Não

4 – Como é feito o Controle Financeiro de sua Igreja?

() Através de Planejamento

() Através dos Relatórios Contábeis

() Através de Relatórios receitas e despesas () Não é feito

5 – N sua Paróquia existe uma verificação dos valores financeiros, na tesouraria?

() Sim

() Não

6 – Para se ter uma boa administração, você acha que os administradores paroquiais devem se reciclar?

() Sim

() Não

7 – Você acha necessário que sua paróquia tenha contabilidade própria?

() Sim

() Não

8 – O que pode ser Considerado como ponto fraco na sua Paróquia?

- () Falta de fiéis para colaborar financeiramente
- () Falta de pessoal voluntário
- () Falta de reciclagem dos colaboradores
- () Não tem ponto fraco

9 – Como é visto o papel do contador nas igrejas?

- () Como uma pessoa que só cobra documentos
- () De grande importância para a administração paroquial
- () Como um burocratizador, mas que só cumpre o que manda o fisco
- () A igreja não precisaria de contador

10 – Na sua opinião, como o Governo poderia ajudar mais as entidades do Terceiro Setor?

- () Ajudando Financeiramente
- () Diminuindo os Encargos Sociais
- () Contribuindo mais com as Obras Sociais